

Os novos números

22 MAR 1984

economia - Brasil

Previdência Social.

A ampla modificação que se propõe no Orçamento da União para o corrente ano mostra como é surpreendente o desempenho da economia em nosso País. Em agosto do ano passado, quando enviou ao Congresso seu projeto de orçamento para 1984, o Governo estimava a receita do Tesouro em torno de 21,5 trilhões de cruzeiros e em 23 trilhões o orçamento global. Sete meses mais tarde, o Governo envia uma retificação, que eleva a perspectiva da receita para 31,7 trilhões e o orçamento global salta para 33 trilhões.

Em pouco mais de meio ano, portanto, as pessoas físicas e jurídicas deste País surpreenderam as autoridades monetárias, entregando ao Tesouro, sob as diversas rubricas tributárias, um adicional equivalente à metade de tudo o que o mesmo Tesouro esperava arrecadar.

Eis um atestado cabal de que, em meio ao mar de tormentas por todos conhecido, o País não esteve, não está e nem estará tão cedo à "beira da falência" que tanto alardeiam os pessimistas e os profetas de catástrofes econômicas.

O excesso de arrecadação sobre a previsão inicial, descartada a hipótese de erro de cálculo — o que seria irresponsabilidade máxima —, deve-se, na verdade, à intensificação das atividades econômicas do País ainda que num ritmo muito abaixo do que seria favorável. Mas o suficiente para apresentar expressivo aumento da expectativa de arrecadação.

É certo que a inflação contribui

generosamente para esse crescimento, na medida em que incha os números que, numa taxa inflacionária menor, também tenderiam a ser mais modestos. De qualquer forma, fica a clara evidência de que a economia nacional respira e trabalha, apesar das duras condições sob as quais se encontra.

É de se esperar que as mágicas da tecnocracia não façam desaparecer esses números, na hora do fechamento das contas. O funcionalismo público da União, por exemplo, tem agora fundamentadas razões para acreditar na melhora da segunda parcela de seu reajuste, no meio do ano. Os estados e municípios, que receberão reforço da ordem de 2,1 trilhões de cruzeiros, serão salvos da morte por asfixia. E a Previdência Social, com outros 420 bilhões para liberação nessa verba, há de respirar mais aliviada diante de seus imensos compromissos.

A opinião pública fica o retrato final de uma economia contraditória, que progride quando tudo leva a crer que se encontra em acentuada marcha à ré. E se muito ainda falta percorrer para que se alcance um patamar de desenvolvimento contínuo, sem inflação, não há dúvida também de que aumenta um pouco a autoconfiança no sentido de que não se lida com um País inviável, mas com uma Nação prejudicada por decisões erradas e vulnerável a tormentas externas e internas, que prejudicam consideravelmente o seu inevitável caminho rumo à prosperidade.

Uma leitura das páginas de economia da imprensa brasileira pode levar o leitor a uma total confusão sobre o verdadeiro estado dessa Nação. De um lado, noticia-se que há excesso de arrecadação de dez trilhões de cruzeiros pelo Tesouro Nacional. De outro, um prejuízo de milhões de dólares para o Brasil, porque os bancos estrangeiros, nossos credores, resolveram aumentar de 11 para 11,5 por cento a taxa de juros interbancária. Além disso, o Embaixador dos EUA garante que as importações de aço brasileiro pelo seu país vão cair, o que representa menos receita cambial para o Brasil.

Trata-se, realmente, de um panorama confuso em que prevalece um conjunto de más notícias. Uma delas, por exemplo, vem do novo ministro da Agricultura, Nestor Jost, que não acredita que o País já tivesse alcançado, algum dia, a decantada safra recorde de cinqüenta milhões de toneladas de grãos. E, realisticamente, não espera que isso seja alcançado este ano.

Retrato mais que perfeito da contradição econômica brasileira há de ter sido, sem dúvida, o projeto enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional sobre o excesso de arrecadação tributária, da ordem de dez trilhões de cruzeiros. A mensagem pede autorização para que o Executivo faça abertura de crédito suplementar de sete trilhões, que serão utilizados para pagamento dos servidores, além de repasse a estados e municípios, participação no Projeto Jari e recursos adicionais à